

Galvão, o mito sem mistérios

LUCIO FLAVIO PINTO

Nos estreitos corredores dos barracões da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de S. Paulo, movimentados pelas discussões em torno do futuro dos índios atingidos pelas frentes de penetração, seu nome é repetido com aquela entonação de mistério e respeito que cerca as pessoas mitificadas. A três mil quilômetros, num outro barracão cercado de árvores frondosas e animais aprisionados para a visita pública, o nome se incorpora às discussões burocráticas rotineiras de um serviço público federal, sem qualquer aura de mistério. E a alguns quarteirões dali, o nome de Eduardo Galvão, para o garçon do restaurante "Central", lembra somente o exótico freguês que consome as tardes de quase todos os dias na invariável dose de "gin tônica", uma bebida rara entre os frequentadores dos bares de Belém do Pará.

Talvez a última situação seja já a mais exata para definir hoje o homem de 52 anos, grossos olhos sobre um nariz escurado, tido por professores e alunos como um dos mais importantes antropólogos brasileiros. Eduardo Galvão, há mais de 15 anos trabalhando anonimamente no Museu "Emílio Goeldi" ("linha a intenção de passar apenas dois anos mas o inferninho foi ficando bom e também fui ficando por aqui"), teve uma carreira típica entre antropólogos europeus: membro de uma família carioca que ainda defendia com ardor o título de "doutor" para os seus integrantes, começou a alterar o rumo tradicional quando o espírito de aventura o levou "em direção ao mato", obrigando-o a se desligar da engenharia. Dos clubes de alpinismo para as expedições de descoberta geográfica pelo interior do Brasil foi um passo. E daí até a Antropologia, um acaso: Charles Wagley, já então um antropólogo muito famoso, convidou Galvão que estagava no Museu Nacional, "a fim de disciplinar meu espírito aventureiro", para assistir o curso que ia dar. Em seguida, levou-o numa expedição ao Araguaia que, em 10 dias de atribulações, quase o fez desistir da Antropologia: "eu estava acostumado com o alpinismo, mas não sabia que era tão duro remar contra a corrente".

O impulso, porém, tinha sido suficiente, após o bacharelado em Geografia e História pela antiga Universidade do Distrito Federal, doutorado em Antropologia na Universidade de Columbia, Nova York, ouvindo durante três anos ensinamentos de Ralph Linton, Kroeber e o próprio Wagley, a maioria dos quais rejeitaria em seguida, na prática, ao descobrir que o funcionalismo era incapaz de substituir "um bom método historicista". De volta ao Brasil, trabalhou no Museu Goeldi e no Serviço de Proteção ao Índio, entre 1952 e 1955, "num dos períodos de maior atividade". E de fama: com Darcy Ribeiro e Roberto Cardoso de Oliveira,

"um ardoroso grupo de atividades", elaboraria estudos sempre citados "Como em Antropologia há pouca renovação e muito menos trabalho, os interessados têm que recorrer a esse velho grupo sempre que precisam de informações. Daí talvez as muitas citações", explica Galvão, com uma ponta de ironia.

Insatisfeito com o que fazia — embora sem revelar isso até hoje — Galvão procurou em Belém não apenas uma nova área, mas também uma pesquisa mais próxima da fonte. Até então, além de uma divisão do Brasil por áreas culturais, muito citado mas que ele diz não passar de uma sistematização de trabalhos já existentes, ele escrevera apenas algumas monografias sobre os Tenetaras. Nos 15 anos amazônicos, a maior parte dos quais no "Goeldi", trabalhou em Goiás, Maranhão, Pará e Amazonas, estudando principalmente os Camaiurá, no Xingu, os Baniwa, no rio Negro, os Assurini e os Caiaipó, no Pará. Galvão participou de muitos contatos e de uma aproximação, aos Txikão, junto com os Villa-Boas, "mas nunca peguei nada além dessas coisas normais". Todo esse trabalho, segundo ele mesmo, nada mais representa do que descrições de situações, "pois eu sou um historiador da cultura: quem procurar meus trabalhos encontrará uma linha de continuidade que os levam a propor uma perspectiva para o futuro".

No plano da prática, é o que tem desenvolvido como um chefe da Divisão de Antropologia do Museu Goeldi, onde tem procurado contornar problemas como a marginalização dos estudos de índios ("a grande maioria dos membros da divisão é mulher — e elas não vão se ariscar a ir para dentro do mato estudar índios") e evitar que a Antropologia torne-se uma nova pesquisa estatística de comunidades rurais. O futuro não é claro e, ainda por cima, algumas de suas convicções são pouco ou nada otimistas: "a Antropologia sempre foi instrumento de colonização", repete, mas sem esclare-

cer se o hábito de beber gin tônica nas tardes mornas de Belém também o inclui na classificação.

Esta entrevista é um raro depoimento de Galvão, um homem hoje amargo e avesso à imprensa.

O ESTADO — Dr. Galvão, na última grande expedição de contato com os índios, representada pelas frentes pioneiras de construção das rodovias federais, os antropólogos estavam vez e a oportunidade de determinar normas dos contatos?

GALVÃO — Foi criado um grupo de trabalho, sob a presidência do pessoal aqui do Museu, e nos trazemos uma série de normas, que terão que ser cumpridas pela Fundação Nacional do Índio. Um membro desse grupo de trabalho. Então estabelecemos um plano de sugestões, que, segundo tenho sido informado, estão sendo cumpridas. É uma espécie de dez mandamentos de como estabelecer de um lado boas relações com esses grupos indígenas, e de outro lado garantir também uma assistência efetiva. O ponto principal reside em assistência médico-sanitária por antecipação e nesse ponto o pessoal da saúde aqui, da Fundação Serviço Especial de Saúde Pública especialmente, colaborou não só trazendo um plano mas mandando gente, que se antecipa a essas frentes da estrada, no sentido de medida de prevenção, vacinação, etc. E me parece que, pelos relatos que nos temos, esse serviço vem sendo conduzido mais ou menos a contento.

O ESTADO — A que o sr. atribui as constantes notícias, nunca comprovadas, porque o acesso a elas é difícil, de massacres, ou de contatos das frentes de trabalho, antes de uma preparação com os índios?

GALVÃO — Tem havido uma série de notícias por aí, mas que não são confirmadas. Pelo menos se a gente pode ter confiança na direção da delegacia regional da Funai, até agora não foi confirmada qualquer notícia de encontro de frentes da estrada e índios que tivessem resultado em alguma coisa maior do que umas poucas correrias ou custos de lado a lado. A notícia que eu tenho, por exemplo: houve uma invasão de um acampamento da estrada em que os índios tomaram alguns objetos, mas que depois foram recuperados. Foram os Parakanã, que levaram coisas como um feodolito e também fizeram uma coleta de redes, roupas e etc. Mas por estar esta turma avisada, não houve nenhum choque. Essa é a notícia oficial que eu tenho. Ouvi falar que teria havido choque, não só no lado de cá da Transamazônica como no Gurupi, na zona onde estão construindo aquela estrada São Luis-Belém. Acredito que não tenha havido isso porque não teria havido uma repercussão muito maior.

GALVÃO — Não, eu acho que o pouco número de pessoas que fazem a Antropologia se deve sobretudo ao mercado de Antropologia, que ainda é muito restrito. Você faz Antropologia nas Universidades, mas uma Antropologia de didática. Embora se acentue muito, hoje em dia, o ensino e pesquisa, no campo de Ciências Sociais as possibilidades de pesquisas oferecidas pelas Universidades, sejam elas de que região forem, são muito restritas. E restritas também pelo próprio tempo que esse pesquisador-professor pode dedicar à pesquisa. Ele praticamente tem uma carga de aulas que impossibilita durante a maior parte do ano dele se dedicar a uma pesquisa em maior profundidade, mesmo que ela seja uma pesquisa de caráter urbano. E ainda há o problema dos recursos financeiros, que em geral não são disponíveis.

O ESTADO — Geralmente o estudante, principalmente aquele que tem um certo dinamismo intelectual, tem uma aversão à Antropologia, ou pelo menos a uma visão tradicional da Antropologia. Isso implica em que a Antropologia deva mudar ou fazer uma revisão?

GALVÃO — Não, eu acho que essa aversão não depende da revisão da Antropologia. A Antropologia, tal como era dada (e tenho uma boa experiência no Pará e em Brasília), atraiu um número muito grande de pessoas.

O ESTADO — Mas então o caso seria o de aumentar o número de interessados? E o que fazer então?

GALVÃO — Bom, aí você me pegou. Eu não sei. Mas a Antropologia oferece um pequeno mercado de trabalho e por isso sua atração ainda é restrita. Existem outras primas mais pobres, como as Ciências Naturais. Nesse aspecto, a Antropologia aumentou muito: há, atualmente, 180 Faculdades de Antropologia no Brasil. Dá-se dois tipos de cursos: Antropologia Física de um lado e Etnologia do outro. Ciências Sociais também dá Antropologia no terceiro ano. E agora ainda tem esse negócio de interiorização: "campus" em Marabá, em Santarém e não sei mais lá onde. Então, você precisava, de pelo menos 300 antropólogos e eu acho que você não tem nem 30. Então, você tem pessoas improvisadas: é um médico que dá Antropologia Física na maioria dessas Faculdades, ou um dilettante de História ou coisa que o valha que dá Sociologia ou Antropologia Cultural.

O ESTADO — O sr. não acha que há um certo desvio na concepção do que seja Antropologia, pelo menos Antropologia aplicada?

GALVÃO — Na maior parte dessas Faculdades o aluno faz a Antropologia porque é uma carga que ele tem que cumprir. E geralmente acha até chato, apesar de que às vezes seja divertido. E o processo cultural é discutido de maneira tão árida, inclusive pela falta de uma bibliografia em português, que não há atração nesse sentido. Depois, Antropologia e Sociologia continuam naquele plano de competição, a Sociologia muito mais ativa. Quase todo o sociólogo, por vocação ou por obrigação, é um reformista. Então, quando ele faz uma análise de um determinado problema social, ele vibra mais, dá alguma coisa, mais pro ouvinte, pro aluno, pro leitor. Quando antropólogo fica em geral discutindo sobre culturas extintas, orientações culturais. Você pega o Levi-Strauss, a grande moda: é uma cerebração tremenda, mas

que praticamente não atrai, a não ser o indivíduo interessado em examinar o pensamento dele sobre algum aspecto. Não atrai porque fica naquela cerebração muito bonita, mas sem uma "amarração", enquanto a Sociologia trata de problemas muito mais próximos.

O ESTADO — Essa diferenciação e esse conflito não decorrem da própria orientação do ensino da Antropologia no Brasil?

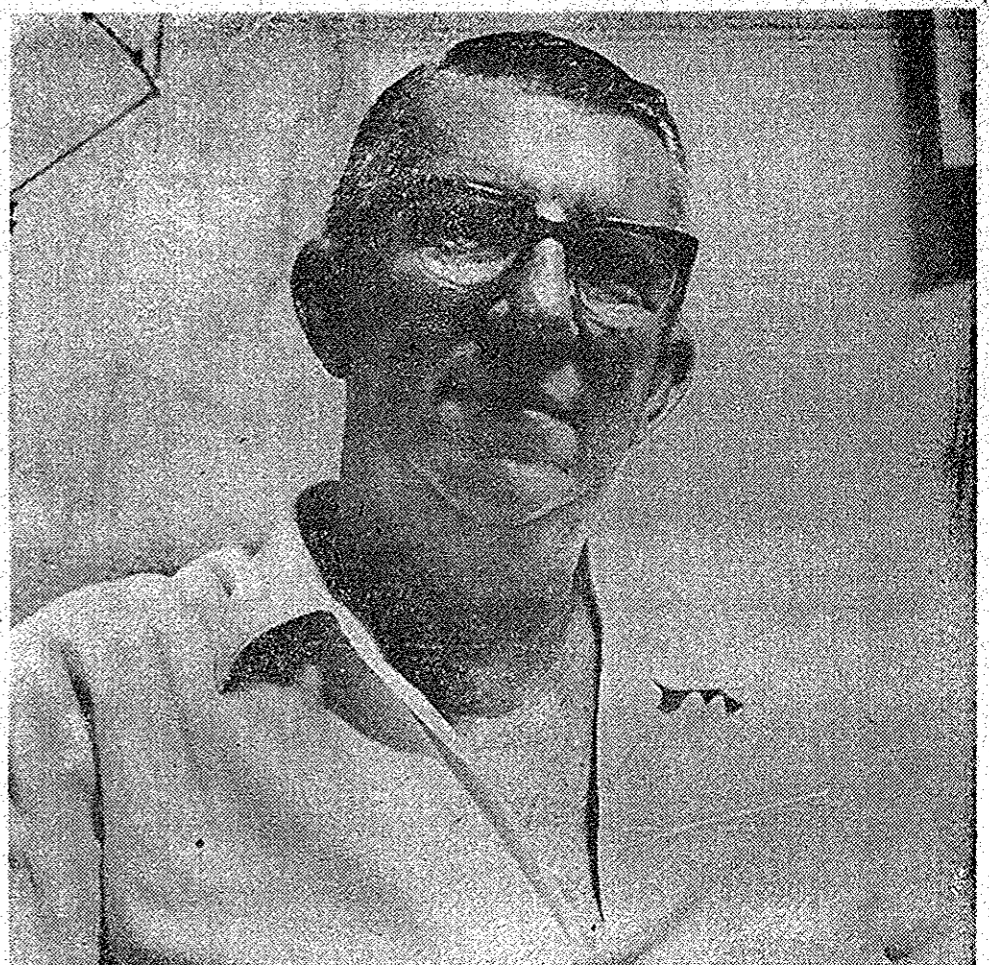
GALVÃO — Eu acho que sim, porque o programa tradicional das Faculdades são baseados num modelo desenvolvido e criado que pela antiga Universidade do Distrito Federal, no Rio. E quem fez esses programas eram etnógrafos, nesse sentido de indivíduos que se preocupavam essencialmente com essa descritiva da Antropologia. Esses programas, obedecendo a esse esquema tradicional, são apenas informativos, sem qualquer atrativo. O aluno é obrigado a decorar os nomes de todos os grupos indígenas, faz alguma coisa de uma história muito mal feita sobre esses grupos, e fica com uma série de informações dispersas. Como perspectiva de futuro, fica essa dúvida no aluno: fazer o quê com essas informações? Além disso, há um problema típico do serviço público em geral: determinadas ciências, entre elas a Antropologia, só podem ser feitas com o apoio do serviço público. Você não tem fundações, não tem isso, nem aquilo. Então, para fazer a Antropologia, você tem que ser servidor público. O resultado disso: você vem, passa estagiando comigo um ano e não tem nenhuma perspectiva, ao fim do estágio, de se profissionalizar. Já não é nem o problema de estabilidade, que não havia antigamente.

O ESTADO — O que pode tornar a Antropologia essencial à vida nacional?

GALVÃO — A Antropologia não tem nem maior nem menor importância do que outro qualquer campo do conhecimento. Todas têm sua faixa de participação. Eu não vejo como a Antropologia possa tornar-se a salvação nacional. A Antropologia aplicada, por exemplo, não é nada além de assistência social sofisticada, porque ela é um puro e simples instrumento de manutenção do "status quo". Entre os ingleses, por exemplo, quem é o antropólogo é o administrador colonial. Quando ele muda ou tenta mudar a sociedade, faz isso de acordo com o programa da metrópole. Quando assistentes sociais me procuram para fazer um estágio eu pergunto: vocês querem inovar ou querem manter o sistema? Evidente que não há opção. O recurso é colocar um pouco de açúcar no problema do menor abandonado.

O ESTADO — Na realidade brasileira a Antropologia tem tido esse papel de mantenedora do "status quo"?

GALVÃO — Não, porque ela não tem participado, ela tem ficado na faixa da "pesquisa pura". A não ser por algumas publicações derivadas do pessoal do SPI, como Darcy Ribeiro, principalmente, onde ele tenta analisar e formular uma política indigenista, levando em conta toda a sua experiência na Antropologia, não se tem realmente nenhuma contribuição de antropólogos aos problemas atuais. Nós também não nos fazemos chamar, ficamos em nossos gabinetes. Eu, por exemplo, estou no meu escritório, estudando os meus índios.



Francisco Galvão, 15 anos de trabalho anônimo pelo índio no museu Goeldi

Antropologia, a sua vida

O ESTADO — Mas esse contato se estaria processando bem por um acaso ou porque ele foi planejado cientificamente?

GALVÃO — Não, eu não diria cientificamente, porque seria uma coisa muito pretensiosa. Mas foi planejada nesse sentido: criou-se um grupo de trabalho, incluindo não apenas profissionais em etnologia, mas também pessoal desses outros serviços: DNER, FSESP, Funai e o Museu "Goeldi". Uma coisa que eu acho concreta nisso, nesse sentido de encaminhamento de relações pacíficas com esses grupos indígenas, foi a proposição que nós fizemos aqui no sentido de serem criadas reservas. Quer dizer, territórios que seriam demarcados e garantidos como propriedades daqueles grupos indígenas que os ocupavam. E a Funai não só atendeu a criação dessas reservas, como ampliou até. Então já temos garantido aí um número de reservas indígenas que poderá pelo menos resolver esse problema, a invasão do território. Em alguns casos, por exemplo, não será possível modificar o traçado da estrada de modo a que desse uma volta pelo território ocupado do grupo indígena. Temos então estas reservas e, por exemplo, a Transamazônica passa em cima da aldeia dos Parakanã. Mas um decreto presidencial garante a esses grupos atingidos pela Transamazônica uma reserva de terras. É previsto também criar esse sentido de reserva. Nos Estados Unidos e no Sul da África, as "reservations", que nós aqui traduzimos por reserva, não eram mais do que território de confinamento de uma minoria étnica. O sentido que nós demos aqui a reserva é o sentido de garantia de um território para aquele grupo tribal de modo que no caso de expansão da população nacional, essas populações indígenas tivessem garantido pelo menos uma área, de acordo com sua população etc. mas uma área de sobrevivência. Aqui, no caso da Transamazônica, será possível inclusive ocorrer a necessidade de transferir alguns desses grupos, do traçado da estrada para uma área um pouco mais afastada, onde eles possam ficar "relativamente à vontade". No caso dos Parakanã, a estrada cortando em cima da aldeia, eles perderiam toda a possibilidade de sobrevivência porque terá que haver aquela faixa de segurança da estrada de um lado, haveria uma travessia permanente daquele território, sem que se pudesse tomar

qualquer medida preventiva para evitar o contágio de doenças e coisas assim.

Depois que nós discutimos e aprovamos esse plano houve uma série de críticas no sentido de que nós estávamos participando de uma política de extinção do índio, porque estávamos aceitando todo o projeto da Transamazônica e ao mesmo tempo defendendo esses pontos, digamos, colonizadores do território. Mas o plano está aí e eu creio que o simples fato da criação dessas reservas vá garantir pelo menos esse índice de possibilidade de sobrevivência, paz e amor.

O ESTADO — Do ponto de vista antropológico, é coerente ou é aceitável que seja feita essa transferência, isto é, do ponto de vista das concepções dos indígenas sobre a sua propriedade?

GALVÃO — O antropólogo é apenas um observador de sociedades, sejam quais forem elas. Nós aí estamos saindo do ponto de vista de observador e estamos participando de um processo, onde se pretende estar influenciando também. Então, acho perfeitamente coerente: nós garantimos, através de uma série de sugestões, já que não temos nenhuma função executiva, a sobrevivência dessas populações. Acho que é uma ficção do antropólogo abstrair todos os acontecimentos e achar que o índio, por exemplo, deve continuar isolado, feliz, etc. Primeiro ele não está isolado: o próprio índio sente a necessidade de ir e vir. Eu vi no Alto Xingu quando a FAB construía aquela base de Jacareacanga, tinha índio que viajava cinco, seis, oito dias porque sabia que tinha avião ali, tinha gente, era curiosidade de de um lado, era vontade de ver outra gente de outro, era vontade de trocar coisas. Esse é um processo — digamos — irreversível. Por exemplo: no Xingu era comum um índio viajar oito dias de canoa para trocar uma panela nitaruaque que ele podia ter em casa.

O ESTADO — O sr. acredita que dentro da linha estabelecida pela Funai, de que o impedimento nacional, acima da integração das duas civilizações, essa ação seja pelo menos a mais correta?

GALVÃO — Eu acho que o desenvolvimento nacional inclui justamente esse contato entre os indígenas e as frentes pioneiras e o aproveitamento dessa mão-de-obra indígena. O In-
cra, por exemplo, está promovendo uma política de trazer colonos de vários Estados para povoar a Transamazônica. E

nós temos ali um elemento já vivido, treinado e capaz de dominar aquele ambiente, embora com técnicas rudimentares, que é o índio, por que não aproveitá-lo como reserva básica de desenvolvimento dessa região? Evidente, vamos levar uma série de modificações naquela pequena sociedade indígena, mas isso está ocorrendo sem planejamento em várias partes do Brasil — e já ocorreu antes. Essa índia toda do Araguaia, por exemplo, que se defrontou com aquela frente pastoril de um lado e a frente do garimpo de Marabá de outro, já teve experiência. E o que resultou disso? Ou o índio recuou, como aconteceu na Amazônia no século XIX, quando houve uma penetração maior, indo procurar os altos rios, se isolando e se marginalizando, já que não houve tempo de acomodação com a sociedade nacional. Ou então se pode fazer um processo de amaciamento dessas gerações, no sentido de tornar esses grupos indígenas economicamente suficientes e ao mesmo tempo participando desse chamado desenvolvimento nacional a que eles não podem se furtar, a menos que queiram a marginalização ou o isolamento.

O ESTADO — Esse "amaciamento" significa tornar mais lenta a destruição ou tornar possível, a longo prazo, a integração?

GALVÃO — Tornar possível a integração porque, é evidente, nenhum de nós está interessado num processo como o que ocorreu na Europa durante a expansão do nazismo e fascismo. Nós não estamos aqui apenas conquistando essa gente para tornar esse processo de extinção mais macio, como ocorreu entre os judeus e outras minorias. Nosso interesse principal é acompanhar esse processo que Darcy Ribeiro chamava de "processo civilizatório" e, tanto quanto possível, interferir nisso, visando não só o bem estar dessas populações indígenas como da própria população brasileira sertaneja. Eu não vejo interesse nenhum por exemplo, em manter esses conflitos que ocorrem na área do Xingu e Tapajós, entre Calapés e coletores de castanha e de borracha, ou como ocorre agora na zona de mineração. É no sentido da gente poder realmente acomodar a situação, tanto para uns, como para outros.

O ESTADO — A Antropologia, passando por uma fase de possibilidades teóricas muito grandes depois da fase descritiva, o sr. não acha que está havendo tão pouco número para sustentar essa fase.